

### Área de Ciências Sociais - Curso de Ciências Econômicas Laboratório de Práticas Econômicas (LAPE)

#### EQUIPE TÉCNICA:

Professores: José Maria Dias Pereira (Coordenador Geral), Valduino Estefanel (Coordenador de Estatística), Reisoli Bender Filho, Mateus Sangoi Frozza e Rafael Pentiado Poerschke (Analistas Econômicos)

Acadêmicos: Ana Paula Buhse, Daiane Santos Machado, Gabriela Moro de Carvalho, Leila Paula Somavilla, Richard Rodrigues Kaizer dos Santos, Taiane Dalla Porta e Tais Lahutte Seeger (Pesquisadores/Bolsistas PRGPPE)

Secretaria: Joziane Rizzetti Coradini

CPD – Centro de Processamento de Dados da UNIFRA

Coordenador: Prof. Sylvio André Garcia Vieira

## EVOLUÇÃO DO CUSTO DE VIDA EM SANTA MARIA EM AGOSTO DE 2011

O Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM) apresentou no mês de agosto de 2011, uma variação de +0,25% em relação ao mês anterior. Conforme se observa na figura 1, o mês de agosto registrou a menor inflação no ano de 2011. Ao que tudo indica, a política monetária restritiva adotada pelo Banco Central, evidenciada pelas seguidas elevações da taxa básica de juros nos últimos meses e revertida no final de agosto (ver artigo a respeito neste boletim), começa a surtir efeitos sobre o consumo, provocando um desaquecimento do mercado interno. No ano, o custo de vida de Santa Maria registra uma variação acumulada de +5,73% e de +8,45% nos últimos doze meses.

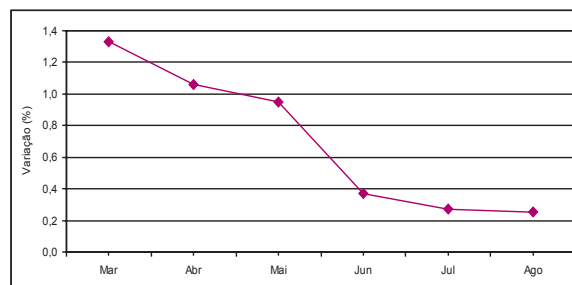


Figura 1. Variação percentual mensal do Índice do Custo de Vida de Santa Maria, RS (ICVSM) nos últimos seis meses.

Tabela 1. Variação e contribuição do Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM) em Agosto de 2011 (base: dezembro de 2005)\*.

Grupo	Peso (%)	Índice		Variação no mês (%)	Contribuição no mês (%)	Variação em 2011 (%)	Últimos 12 meses (%)
		Julho	Agosto				
1) Alimentação	25,12	164,05	164,97	0,56	0,17	5,14	7,82
2) Habitação	26,07	136,72	136,81	0,06	0,02	6,97	9,00
3) Artigos residência	3,03	101,38	101,73	0,35	0,01	5,08	7,88
4) Vestuário	5,26	150,03	150,33	0,20	0,01	10,79	17,95
5) Transporte	16,21	120,63	120,26	-0,31	-0,04	2,24	5,64
6) Saúde e Cuidados pessoais	7,32	128,76	129,66	0,70	0,05	5,91	2,86
7) Despesas pessoais	5,75	156,38	156,51	0,08	0,01	3,84	9,06
8) Educação	2,90	141,75	143,00	0,88	0,03	7,45	10,72
9) Comunicação	8,34	114,06	114,31	0,22	0,02	8,34	12,52
<b>Geral</b>	<b>100,0</b>	<b>139,41</b>	<b>139,76</b>	<b>0,25</b>	<b>0,25</b>	<b>5,73</b>	<b>8,45</b>

\*Valores sujeitos a retificações.

A maioria dos nove grupos de despesas apresentou elevação em agosto, exceto o grupo **transportes**, que apresentou uma variação de -0,31%. Os principais responsáveis por esse resultado de deflação no grupo foram o recuo dos preços das passagens aéreas (-14%), do preço dos pneus (-9,1%), da gasolina comum (-0,7%) e aditivada (-0,4%). Os maiores aumentos absolutos foram verificados em itens do grupo como a lavagem automotiva e lubrificação (+7,3%), a aquisição de bicicleta (+4,6%) e o preço do etanol combustível (+1,8%). Parte do aumento do preço do etanol se justifica na atratividade dos preços internacionais do açúcar, que levam as usinas a decidir produzir açúcar para exportação a etanol. Logo, o aperto da oferta continua pressionando os preços domésticos do combustível.

As maiores variações absolutas foram verificadas nos grupos educação (+0,88%), saúde e cuidados pessoais (+0,7%) e alimentação (+0,56%). Contudo, o grupo **alimentação**, devido ao seu maior peso relativo no índice em comparação aos grupos citados, foi o grupo que mais contribuiu para o resultado final do ICVSM. Maiores aumentos foram localizados no preço da maionese (+16,5%), do abacaxi (+16%) e do salame (14,2%). Vale ressaltar que itens como arroz e feijão, que pesam mais relativamente no orçamento do consumidor de renda mais baixa, voltaram a cair em agosto, -4,3% e -7,3% respectivamente, atenuando a pressão altista dos demais itens desse grupo. As maiores variações negativas de preços foram registradas em itens como a laranja (-14,8%), a couve (-12,8%) e no bife empanado (-10,1%).

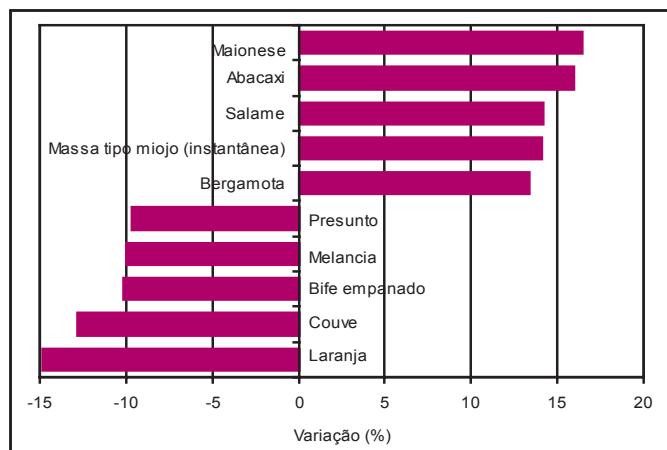


Figura 2. Produtos alimentícios com maiores altas e baixas de preço em Santa Maria em Agosto de 2011.

Na sequência, dentre os grupos de produtos e serviços que mais contribuíram para o resultado do ICVSM, destaca-se o grupo **educação**, que apresentou um comportamento de aceleração dos preços em agosto. Tal comportamento se deve ao reajuste da caixa escolar ou APM (+13,6%), da taxa de documentos escolares (+7,4%) e o preço dos livros escolares do ensino fundamental e médio (+6,8%).

O grupo **saúde e cuidados pessoais** voltou a subir em agosto. Os produtos que apresentaram as maiores

altas foram: o creme dental (+9%), remédios anti-espásmicos (+8,4%) e para os rins (8,3%). Entre os itens que mais variaram negativamente, pode-se citar: os remédios oftalmológicos (-8%), os remédios anti-alérgicos (-7%) e remédios anti-inflamatórios (-6,2%).

Mesmo com resultado de alta nos preços, os demais grupos que compõem o índice mostraram uma contribuição mais discreta para sua composição. O grupo **artigos de residência** subiu cerca de +0,35% ante os +1,36% verificado em julho. Contribuíram para esse resultado a alta no preço de armário para cozinha (+16,1%), de impressora (8%) e de dormitório completo (+6,9%). As quedas mais significativas nos preços foram verificadas em cafeteira elétrica (-7,2%), batedeira de bolo (-6,5%) e estante para sala (-5,4%).

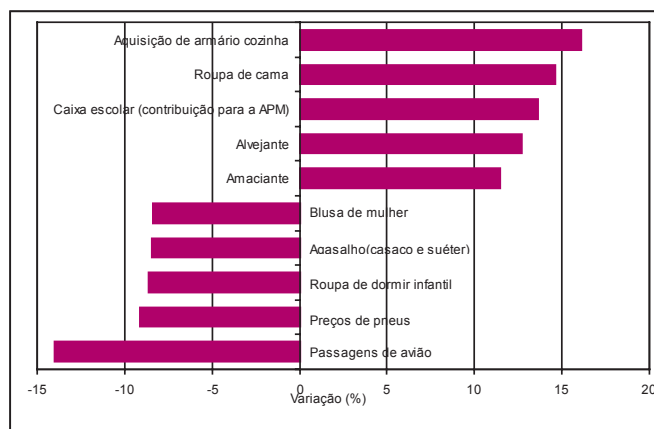


Figura 3. Produtos não alimentícios com maiores altas e baixas de preço em Santa Maria em Agosto de 2011.

Também apresentaram aumentos moderados em seus componentes os grupos **comunicação** (+0,22%) e **vestuário** (+0,20%). Entre os itens que apresentaram maiores altas e quedas nos seus preços cabe registrar, no primeiro caso, a variação positiva do preço da telemensagem (+10,6%) e aquisição de aparelho celular (+8,1%). No segundo caso, as maiores variações positivas estão relacionadas a roupa de cama (+14,6%), saia de mulher (+11,1%) e calça curta de homens (bermuda, calção) (+10,6%). As variações negativas deram-se na roupa de dormir infantil (-8,7%), agasalho infantil (-8,4%) e agasalho de homens (-6,7%). Este comportamento verificado no grupo vestuário é comum nesta época do ano face à conjugação de liquidações nas roupas de inverno, por parte de algumas lojas, e entrada da coleção primavera-verão, por parte de outras.

Os grupos **despesas pessoais** e **habitação** apresentaram variações de +0,08% e +0,06% nos preços, respectivamente. A contribuição de ambos para a alta do ICVSM foi pouco significativa. No primeiro grupo, os aumentos maiores ficaram por conta do aluguel de DVD e CD (+8,4%). No segundo grupo, o comportamento altista foi verificado no alvejante (+12,7%), amaciante de roupas (+11,5%) e nas lâmpadas (+8,9%).

## ECONOMIA & FINANÇAS

### Governo eleva a meta do superávit primário

O governo anunciou no fim do mês de setembro que nos primeiros sete meses de 2011 as receitas do governo central superaram as despesas em cerca de R\$ 69,9 bilhões. Esse saldo (superávit primário) resultou principalmente do aumento das receitas extras dos meses de junho e julho, as quais foram provenientes: a) de antecipações de pagamentos feitos por empresas por conta do Programa de Recuperação Fiscal (Refis); b) do pagamento feito pela Vale do Rio Doce, no montante de R\$ 5,8 bilhões, referentes a débitos da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e c) da redução das chamadas receitas não administradas, nas quais se destacam os dividendos de empresas estatais, no montante de R\$ 11,9 bilhões.

O resultado líquido dessas receitas extras será utilizado na elevação da meta do superávit primário do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) em cerca de R\$ 10 bilhões, o qual passará de R\$ 117,8 para R\$ 127,8 bilhões. No período, o superávit primário do setor público atingiu 3,3% do PIB, superando a meta de 2,9% definida inicialmente pelo governo (ver Figura 1).

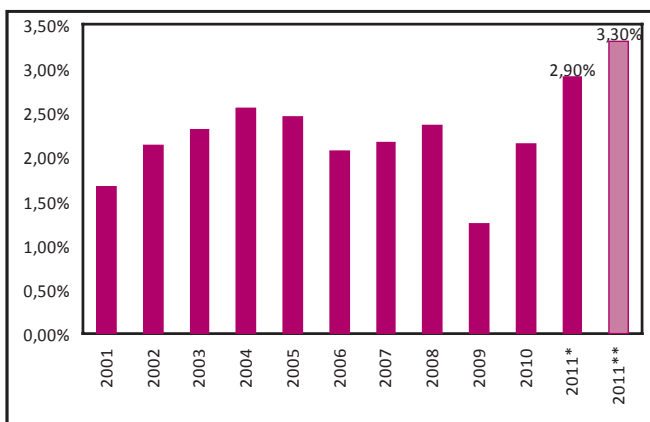


Figura 1. Superávit primário do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) entre 2001 e 2011, em % do PIB.

\* meta 2011, \*\* até julho de 2011.

Fonte: Tesouro Nacional. 2011.

Embora o saldo positivo tenha se originado nas receitas extras não previstas nas estimativas da Receita Federal, o governo não abriu mão das medidas restritivas relacionadas ao corte dos gastos com investimento, o qual totalizou R\$ 24,1 bilhões no período entre janeiro a julho de 2011, recuando 2,4% comparativamente ao mesmo período do ano anterior. O contrário aconteceu com as demais contas do governo (benefícios previdenciários, pessoal, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outras despesas de custeio) que evoluíram positivamente, crescendo a taxas superiores a dois dígitos, embora com crescimento menor que no ano de 2010 (ver Tabela 1).

O objetivo da utilização do saldo extra para a ampliação do superávit primário foi discutida como uma medida que permitirá ao governo melhor administrar algumas despesas, consideradas obrigatórias, até o final do corrente ano. Com isso, o governo informou que o esforço fiscal adicional não significa cortes de despesas ou a criação de tributos. Contudo, a medida adotada está relacionada às preocupações com o potencial aumento de gastos públicos no próximo ano. Entre eles,

destaca-se a pressão que poderá advir dos salários e das aposentadorias do setor público, impactado pelo aumento elevado esperado de 14% para o salário mínimo, como também relacionado aos investimentos que devem se acelerar para atender às exigências da Copa do Mundo de 2014.

Tabela 1. Evolução das receitas e despesas do governo federal entre janeiro e julho de 2011, em bilhões de Reais.

Contas	Jan-Jul/2010	Jan-Jul/2011	Varição
Benefícios previdenciários	136,7	151,1	10,8%
Pessoal	93,9	104,4	11,1%
Despesas FAT	16,3	19,6	20,0%
Outras despesas custeio	71,6	79,9	11,6%
Investimento	25,1	24,5	-2,4%
Despesa total	364,3	404,3	11,0%
Receita total	467,7	570,1	21,9%

Fonte: Tesouro Nacional. 2011.

Com a previsão do governo de que ocorra uma possível retração no crescimento econômico mundial nos próximos dois a três anos, a ampliação da meta do superávit primário é uma medida cautelar e preventiva para neutralizar os possíveis problemas sobre a economia brasileira decorrentes dessa suposta recessão. Ao mesmo tempo, essa nova meta auxiliará no aumento dos investimentos e na manutenção do crescimento econômico, argumentaram as autoridades econômicas para justificar a medida.

Com a política fiscal apresentando resultados positivos, abre-se espaço para uma política monetária menos contracionista, com redução da taxa de juros básica da economia, a Selic, do nível atual de 12,5% ao ano, o que diminuiria também os gastos do governo com os juros da dívida. Diante disso, seria possível fazer uma projeção de queda da Selic no futuro, porém não imediatamente, mas a médio e longo prazo, quando o temor da aceleração inflacionária fosse finalmente debelado. Essa era a aposta do mercado financeiro.

Esse cenário projetado, contudo, contrastou com a decisão do Copom (Comitê de Política Monetária, do Bacen) no final de agosto, que surpreendeu o mercado ao decidir reduzir em 0,5 ponto a taxa de juros, passando para 12% ao ano, após cinco altas seguidas. Essa decisão inusitada trouxe à tona questões tanto políticas quanto econômicas. Do lado político, essa queda da Selic pode ser vista como uma capitulação do Copom diante da pressão exercida pela presidente Dilma Rousseff, reacendendo a velha discussão sobre a independência do Banco Central. Do lado econômico, tanto pode auxiliar a economia a não desacelerar de forma mais acentuada caso se confirme um cenário externo desfavorável, quanto pode ampliar o risco de aceleração inflacionária. No final, o saldo do episódio foi mais político do que econômico: a imagem do Banco Central ficou arranhada junto à opinião pública.

### Aumenta procura por educação financeira

A estabilização de preços – que perdura há mais de 15 anos – acompanhada da política de reajuste que assegura ganhos reais do salário-mínimo e, mais recentemente, a recuperação do crescimento da economia (e do emprego) tem provocado, a cada ano, o ingresso de milhões de novos consumidores no mercado. Estima-se que 46 milhões de pessoas tenham subido de classe social desde 2003. Mesmo quem ganha pouco, a chamada classe C, hoje tem acesso a bens de consumo sofisticados através do crediário. Mais do que produtos, as grandes redes de varejo especializam-se, cada vez mais, em emprestar dinheiro. Desavisado, o consumidor acaba contraindo um empréstimo sem saber ao adquirir um produto em “12 vezes sem juros”.

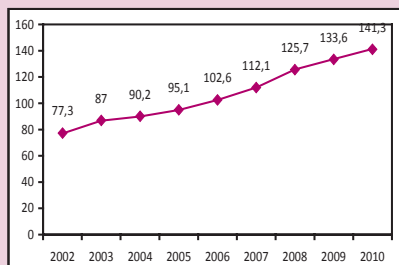


Figura 1. Número de contas-correntes nos bancos (em milhões). Fonte: Banco central, 2011.

Apesar de recente pesquisa do Ibope apontar que 73% preferem tomar empréstimos no varejo que nas instituições financeiras, os bancos também têm se beneficiado pela ascensão da classe C. O número de contas-correntes praticamente duplicou nos últimos oito anos (ver Figura 1), sendo que 55% das contas bancárias ativas são de clientes da classe C. Maior

trada, a desconfiar dos bancos. Sobra para a classe média o ônus maior das despesas com os juros extorsivos cobrados pelo cheque especial (ver Figura 2) e cartão de crédito. Este último cobra juros na casa de 13% ao mês, em média, o que é um verdadeiro absurdo já que os bancos captam recursos a menos de 1% ao mês.

ainda foi a expansão dos cartões de crédito: em 2002, havia 22,5 milhões de cartões; em 2009, já eram 78,2 milhões de cartões. O problema parece ser que os bancos ainda não estão preparados para suprir as necessidades de crédito dessa nova clientela acostumada com o crediário das lojas. Pesquisa do Instituto Data Popular demonstrou que 40% dos clientes dos bancos têm dificuldade de entender os diversos tipos de operações e tarifas bancárias. Tanto que o sistema financeiro ocupa o segundo lugar no “ranking” de reclamações no Ministério da Justiça, feitas a partir de queixas registradas nos Procons.

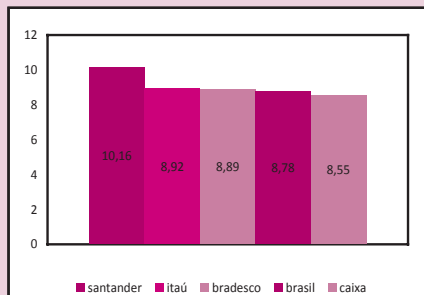


Figura 2. Taxas cobradas de pessoas físicas no cheque especial pelos 5 maiores bancos na 1ª quinzena de agosto de 2011 (% ao mês). Fonte: Banco central, 2011.

A dificuldade de relacionamento dos bancos com os seus clientes levou em 2008, por pressão do Ministério Público e entidades de defesa do consumidor, o governo a impor aos bancos uma padronização das tarifas dos serviços básicos para facilitar a compreensão dos clientes. Isso ainda é muito pouco, pois cada banco cria “pacotes” a preços diferenciados que dependem da reciprocidade do cliente, além de vários outros produtos debitados mensalmente (seguro, cartão de crédito, etc.). Na prática, ninguém sabe quanto paga mensalmente para ter conta bancária, o que leva a nova clientela da classe C, menos ilus-

A preocupação com educação financeira hoje em dia é tanta que o próprio Ministério da Educação (MEC) pretende integrar o assunto nos currículos das escolas públicas como forma de orientar os jovens a lidar com dinheiro. Na mesma direção, o Banco Central prepara um plano de educação financeira para adultos, com ênfase para aposentados e jovens que estão ingressando no mercado de trabalho – faixas etárias de maior risco de endividamento segundo pesquisas do órgão. Pesquisa feita pelo Procon de Santa Maria em 2010, numa amostra de 61 pessoas endividadas, revelou que 60% possuem renda média entre 1 e 3 salários-mínimos e que a maior parte delas (42%) possui dívida entre 1 a 5 mil reais, sendo que 37% apontou como causa do endividamento “gastar mais do que ganha” (ver Figura 3). Isso prova que essas pessoas estão precisando urgentemente de um curso de educação financeira.

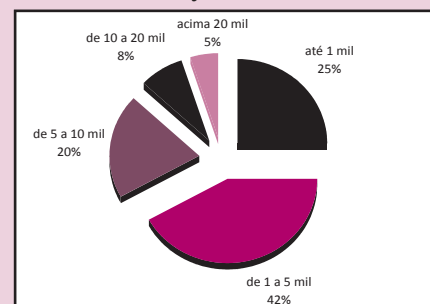


Figura 3. Valor da dívida dos consumidores santa-marienses endividados em 2010. Fonte: Procon/Unifra, 2011.

**Nota técnica:** O Índice do Custo de Vida de Santa Maria (ICVSM), calculado pelo Laboratório de Práticas Econômicas (LAPE), do curso de Economia do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), mede a variação de preço de produtos consumidos por famílias residentes na zona urbana da cidade, com renda entre um e oito salários-mínimos. Sua estrutura foi organizada com base numa Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), executada em 2004/2005, tendo como base uma amostra extraída do cadastro do IPTU. O cálculo do índice é feito pela fórmula de Laspeyres e sua base é dezembro de 2005 (ver sobre a metodologia do índice no Boletim ICVSM nº 1, no portal da UNIFRA, na internet). Os produtos foram divididos em nove grupos, cujos preços foram coletados conforme quadro ao lado.

Grupo	Número de Produtos	Semanas	Número de Preços
1) Alimentação	317	6	1902
2) Habitação	21 34	2 1	42 34
3) Artigos de residência	140 22	1 5	140 110
4) Vestuário	170	1	170
5) Transporte	64	1	64
6) Saúde e cuidados pessoais	86 5 14	2 1 5	172 5 70
7) Despesas pessoais	64	1	64
8) Educação	53	1	53
9) Comunicação	25	1	25
Totais	1015		2865

**CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CONCEITO 4 ENADE - MEC**

**Multi press**  
 Indústria Gráfica e Editora Ltda.  
 - fone/fax (55) 3221.8066  
 - e-mail: multipress@corn.com.br

**imprima**  
 e imprissione

**EXPEDIENTE:**

Este Boletim é órgão de divulgação do Laboratório de Práticas Econômicas, do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, Rua Silva Jardim, 1535 – 2o andar - CEP 97010-491 SANTA MARIA, RS. E-mail: nepe@unifra.br. Número atual e edições anteriores ver em: www.unifra.br. Permitida a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte

Tiragem: 250 exemplares